

1 Introdução

Embora a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não esteja somente voltada para a alfabetização, esta tem sido seu principal campo de atuação no Brasil.

A EJA, que também deveria ocupar-se, integradamente, das etapas posteriores da vida adulta, complementando a educação nos níveis fundamental e médio e realizando ações concomitantes que interagissem com o mundo do trabalho, tem se perdido entre intermináveis campanhas destinadas à alfabetização e, com isso, avançado muito pouco nas fases conclusivas da educação.

Haja vistas que, mesmo com a reforma da Lei de Diretrizes da Educação (LDB 9394) de 1996, os exames supletivos ainda são uma realidade entre os indivíduos jovens e adultos que buscam a certificação oficial.

Na história brasileira da alfabetização de adultos, encontramos, no primeiro censo realizado no período republicano, em 1940, que 55% dos analfabetos, no país, tinham 18 anos e mais (Paiva, 1973).

Essas taxas farão surgir, em 1947, a campanha de Educação de Adultos, dirigida pelo professor Lourenço Filho, que, até 1950, elevará o número de matrículas de indivíduos adultos no Brasil de 94.291 para 720.000 alunos.

No final da década de 50, surge a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), trazendo consigo o desejo de eliminar o analfabetismo no Brasil entre crianças e adultos. Entretanto, depois de algum tempo de elevada evasão, e pouco interesse dos adultos acima de 30 anos, surgirão relatórios da própria CNEA apontando que só predomina o envolvimento destes indivíduos, pelo programa, se há entre eles *esperanças de melhoria social e profissional* e que, portanto, torna-se mais conveniente aumentar a rede escolar envolvida com a educação para as crianças em idade escolar, enquanto *o ensino de jovens e adultos pode ter, apenas, o aspecto de medida complementar a fim de diminuir os índices de analfabetismo no país* (Paiva, 1973). Assim, Paiva (1973, p. 217-218), comenta *que as experiências da CNEA eram conclusivamente contra as campanhas de massa*.

Devido a conflitos políticos e à desmobilização de recursos, a CNEA será encerrado em 1963.

De acordo com Paiva (*idem*, p. 220 – 221), o trabalho do CNEA, apesar dos

oportunismos históricos do sistema, deixou importantes elementos para a educação popular dos adultos, tais como: *tecnificação do campo da educação, não apenas no plano pedagógico, mas também no sentido mais geral, de estudo dos problemas educativos em sua ligação com a sociedade e de planejamento educacional.*

Ainda no período entre 1960 e 1964, surgirão movimentos importantes, como o de Paulo Freire, envolvidos com as necessidades populares, buscando efetivar uma educação de vanguarda.

Entretanto, com o golpe de 1964, de modo a ocupar um espaço político que pudesse conformar as massas populares, os militares buscaram fundamentar seus ideais investindo na alfabetização conduzida pela Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC). Na fase de acomodação no poder, os militares darão continuidade à Cruzada ABC, mantendo-a até 1967.

Em dezembro de 1967, por meio da Lei 5.379, o regime militar implantará o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), como novo programa de educação de massa.

O MOBRAL atuará no Brasil durante 13 anos, de 1967 a 1980. Devido à sua vinculação ideológica e pouca efetividade, deixará marcas profundas e negativas na alfabetização de adultos.

Nos anos 90, veremos este espaço ser ocupado pelo Programa de Alfabetização Solidária (PAS) que, nascido no governo Fernando Henrique Cardoso, parece buscar sua autonomia – como ONG – incentivando parcerias sociais para adoção simbólica de analfabetos e da doação financeira de voluntários.

Fizemos esse recorte para observar que a EJA, mal conduzida politicamente, tem se ocupado freqüentemente da alfabetização de forma emergencial e avançado timidamente nos níveis fundamental e médio.

Evidentemente, projetos envolvendo a alfabetização de adultos, devido à gravidade do fato, devem ser, prioritariamente, levados adiante. Entretanto, a EJA precisa de ações que sejam permanentes e sistemáticas.

Nosso inconformismo advém das constantes interrupções dos programas de alfabetização que, lançados com estardalhaço, têm contribuído para o aumento do analfabetismo, disseminando-o como praga incontrolável entre a população dos “de baixo”.

Essas interferências, quase sempre fundadas em oportunismos políticos, têm restringido a capacidade de equacionamento da EJA, não permitindo que a mesma seja estruturada em todas as etapas da educação escolar adulta.

À medida que a EJA não é planejada, em longo prazo, nem articulada ao mundo do trabalho, abre-se espaço para que um grande contingente de desassistidos se perpetue no analfabetismo, e para que setores capitalistas possam intervir na educação de adultos com propostas de ensino baseadas no encaminhamento dos seus interesses mercadológicos.

Na procura de experiências que visassem ultrapassar a mera instância da alfabetização, nossa pesquisa se deparou com um projeto de educação de jovens e adultos que atinge as séries finais da educação fundamental.

Elegemos o Projeto de Educação Juvenil (PEJ), conduzido pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SMERJ), que envolve as turmas correspondentes às 7ª e 8ª séries do ensino fundamental¹ para, com isso, trazer à tona qual a intensidade de juvenilização na EJA, já que o PEJ – apesar de abrir espaços para os estudantes adultos – nasceu comprometido com alunos na faixa etária entre 14 e 25 anos².

Nossa preocupação com a juvenilização da EJA vem no rastro deixado pelas políticas neoliberais, que exortam uma globalização perversa, que desarticula conquistas históricas, tanto no campo da educação como do trabalho. Acusando tais conquistas como ultrapassadas, os neoliberais apostam nos jovens e buscam fazer destes os ícones de uma “nova sociedade” do fetiche.

Desta forma, desmobilizam os adultos, criando um estigma de obsolescência de conhecimento, ao mesmo tempo em que ideologizam a força jovem, manipulando seu potencial de consumo, sem atender as reais expectativas de inserção no mundo do trabalho em crise, que essa juventude demanda.

Para a realização da pesquisa, adotamos os seguintes procedimentos:

- a) revisão de bibliografia pertinente ao tema;
- b) entrevistas com as coordenadoras municipais do PEJ;
- c) análise de registros de matrículas na escola pesquisada;
- d) questionário respondido pelos alunos.

¹ O PEJ se divide em I e II. No PEJ I, estudam alunos de 1ª a 4ª séries, enquanto no PEJ II, estudam alunos de 5ª a 8ª séries.

² Essa faixa etária foi convencionada pelas pesquisas sociodemográficas.

A revisão bibliográfica apoiou-se, principalmente, em autores como Moacir Gadotti, Sérgio Haddad, Álvaro Vieira Pinto, Vanilda Paiva e Celso de Rui Beisiegel.

Esses autores, salvaguardadas as devidas peculiaridades no campo teórico, têm aproximado suas reflexões quando revelam uma preocupação comum com a instabilidade histórica dos programas de EJA no Brasil, carentes de continuidade.

A ausência de um projeto que aguace o interesse dos indivíduos pela educação como possibilidade de ampliação dos horizontes humanos, tem, por outro lado, estimulado o entendimento de que o espaço escolar é para aqueles que ambicionam uma transformação social e profissional de caráter utilitarista. A crença maior ou menor nessa ascensão profissional e social é o que tem marcado a permanência dos alunos na EJA.

Além da revisão bibliográfica, pertinente ao tema da educação de adultos, realizamos entrevistas semi-estruturadas com as três professoras que estiveram à frente da coordenação do PEJ; pela ordem: Maria Luiza Benício, Vera Lucas e, a coordenadora atual, Flora Prata Machado.

Analisamos, também, as fichas dos alunos que freqüentam as aulas do projeto na escola pesquisada, visando avaliar em que grupos etários estavam concentradas as matrículas.

Na medida em que se trata de uma escola com um alto índice de matrículas no PEJ, elaboramos um questionário com 112 perguntas. O instrumento foi respondido por 138 alunos do PEJ II, e para sua elaboração nos baseamos no questionário contextual do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), destinado a caracterizar o aluno da 8ª série.

Por fim, temos expectativas de que as informações produzidas pela pesquisa, a partir desses instrumentos, possam ser utilizadas no trabalho com a educação de jovens e adultos, tanto pelo PEJ quanto pela escola pesquisada.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos nos quais busco situar o cenário histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a natureza das questões que se colocam para a política educacional e como essas linhas relacionam-se com o desenvolvimento do Projeto de Educação Juvenil encaminhado como programa de EJA, pela Secretaria Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

O capítulo I refere-se aos instrumentos e métodos utilizados para o desenvolvimento teórico-prático da dissertação.

No capítulo II, apresentamos o funcionamento do PEJ e o caminho histórico político percorrido pela EJA de 1940 até os anos 80.

Para a elaboração do capítulo III, recuperamos o trajeto das políticas educacionais fazendo uma narrativa das principais campanhas de alfabetização no Brasil, pano de fundo dos programas recentes de EJA que dão ênfase à juventude. Em função desse quadro juvenil desenvolvemos, neste capítulo, uma análise sobre o ideal de Darcy Ribeiro ao criar o PEJ, nos CIEPs, como programa de atendimento aos jovens.

No capítulo IV, buscamos refletir sobre as possíveis conseqüências de uma educação de adultos pensada somente em função da juventude e sobre a importância de programas conjuntos para jovens e adultos, apoiados em novas relações de trabalho que de fato possibilitem um compromisso com a cidadania no interior da educação popular. Para tanto, analisamos o PEJ observando o contingente de jovens e adultos, no interior da escola pesquisada, interpretando os dados revelados nos questionário e nas fichas de matriculas dos alunos.